

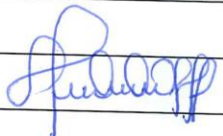
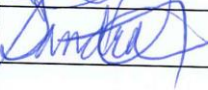
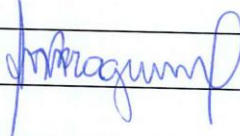
ATA DA REUNIÃO DO CACS/FUNDEB DE FRANCA (SP)

Aos vinte e nove dias do mês de maio, do ano de dois mil e dezenove, às oito horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, foi realizada reunião ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB tendo como pauta a Socialização de Conferência de Notas e Serviços; Socialização de Conferência da Folha de pagamento; Esclarecimentos sobre os processos de compras e serviços: material coletivo, situação atual sobre Monitoramento das escolas, Jardinagem entre outros – Convidado Augusto Almeida – Divisão de Administração e Controle; Esclarecimentos sobre a atuação da empresa de Segurança Desarmada – Barbo. Socialização das Ações sobre Censo Escolar e Matrículas. Em relação aos esclarecimentos sobre notas e serviços, a conselheira Liuvânia compartilhou com os conselheiros os e-mails que foram enviados nos dois dias de conferência e as respostas que obteve. Em relação aos materiais de expediente foi homologado o processo licitatório dia 25 de maio, e na presente data será feita a compra de folhas de sulfite e que dentro de quinze dias o papel será entregue nas escolas. O material coletivo está na segunda etapa de avaliação das amostras terminando em meados de 15 de junho esta análise para que, então, seja feita a compra e distribuição do material. Em relação ao monitoramento o senhor Augusto explanou que as escolas continuarão com a segurança desarmada nos finais de semana prolongados e feriados, já que o processo de licitação de empresa de monitoramento ainda está em andamento. A presidente ressaltou que é preciso verificar a idoneidade da empresa bem como de seus profissionais. Em relação à jardinagem das escolas o senhor Augusto explicou que o primeiro colocado no processo licitatório foi desclassificado, bem como o segundo e o terceiro colocados, sendo fracassada a licitação. Informou que a Secretaria de Educação solicitou, imediatamente, a abertura de um novo processo. O senhor Augusto informou ao conselho que o Secretário da Educação, Edgar Ajax, solicitou prioridade do serviço de poda nas escolas para o senhor Adriano Tosta, Secretário do Meio Ambiente até que o processo seja concluído. O senhor Augusto explicou que fez um curso de Capacitação de Termo de Referência e foi orientado que não pode ser solicitado no contrato de serviço terceirizado, como por exemplo da limpeza das escolas, a quantidade de recursos humanos (postos de trabalho) necessários para cada unidade escolar, sendo necessário a descrição dos serviços contratados. Em relação ao material de limpeza, foi realizada uma compra direta de papel higiênico, pois o processo licitatório não foi concluído. Observou que durante a análise da proposta foi verificado que o respectivo item foi cotado de forma errônea, sendo necessário convocar a segunda empresa classificada. Ainda não há prazo para conclusão desse processo. A presidente abordou o assunto do fechamento do Censo Escolar e a necessidade de garantir que as crianças com AEE sejam cadastradas para recebimento da verba destinadas a elas. A gestora Regina Hanna iniciou sua fala explanando sobre sua função dentro da rede de ensino municipal dizendo que é a responsável pela matrícula e inserção da criança de AEE nas escolas, explicou que há uma planilha para inserção dos

alunos nas escolas e que é responsável por mapear o que a rede tem desde comorbidades a casos de necessidades de acompanhamento de saúde. Explicou que o sistema SED tem limitações para cadastro e que há doenças que não podem ser cadastradas. A senhora Regina explicou que a rede estadual também passa por essa dificuldade e que há mães que não aceitam que as crianças sejam cadastradas na SED pois algumas não aceitam a “dificuldade” da criança. Explicou que não há falta de sala de recurso fechadas por falta de recurso, pois a não contratação é em toda prefeitura, que a qualidade do atendimento não diminuiu. Disse que seu plano enquanto gestora é montar as 23 salas de recurso para oportunizar um atendimento de excelência. A presidente explicou que a necessidade do cadastro reflete no recebimento de verbas para que posteriormente o Conselho possa ressaltar seu pedido de prioridade dos gastos, explanou sobre a questão das monitoras que não se sentem atraídas pelo salário oferecido a elas e o serviço que terão que desempenhar e por esta razão a lista de estagiárias findou e não obteve êxito, deixando as escolas descobertas sem as mesmas. A presidente do CME e também pedagoga Flávia Assis expôs que o atendimento do pedagogo escolar é de suma importância na rede municipal, atendendo crianças com dificuldade ou defasagem de aprendizagem, promovendo um avanço na aprendizagem. Explicou que não houve orientações da SME em relação ao cadastro desses alunos quando houve a transição do Sistema PRODESP para SED, que os alunos que já eram cadastrados quando houve a transição migraram para o sistema sem o detalhamento das necessidades e que houve a necessidade de adequação, mas que nem todas as unidades escolares a fizeram. A senhora Flávia explanou que as mães que não aceitam o cadastro do filho podem ser alocadas no item de “desistência do AEE” no Sistema SED para que haja validação dos números. As salas de recursos passaram por um processo de adequação nos últimos meses no qual a supervisora da DE tiveram que autorizar através de portaria o funcionamento dessas salas e que as pedagogas foram orientadas a cadastrar os alunos enquanto não houvesse a publicação da portaria. A senhora Kênia explicou que o Censo Escolar tem como data base o dia de hoje e que ainda podem ser atualizados o cadastro dos alunos de AEE. Falou ainda que realizou duas ações com o Setor de Cadastro: remanejamento dos alunos cadastrados na unidade escolar onde a pedagoga aderiu ao PDV e foi dada uma orientação aos diretores para garantir a matrícula de todos os alunos frequentes na escola e com especial atenção aos alunos com laudo articulando com as pedagogas e secretárias de escola. A presidente afirmou que é necessário ouvir as necessidades de ambos os lados: do cadastro e das ações realizadas pela SME no que tange sobre esse assunto. A gestora Regina Hanna esclareceu que trabalhar a abrangência teria que ser no sistema de itinerância nada mais é que atender as crianças com professor especializado na escola que não possui sala de recurso. Flavia afirmou que existem tem 13 salas atribuídas para pedagogos de sala de recurso das quais 4 atendem por seis horas, pois foram beneficiadas com o pedido de redução de carga horária, e que também é possível aumentar a carga horária das mesmas para atender a demanda de AEE da rede.

A conselheira Sandra ressaltou que é preciso constar no edital de contratação de professor de educação especial que o atendimento seja ofertado em 40 horas, pois a jornada de 30 horas não supriria a necessidade da rede. A senhora Regina destacou que necessita criar os cargos na Câmara Municipal para preencher a demanda da rede. A conselheira Cristiane Maiela afirmou que o laudo é necessário não só para questão de obtenção de verbas, mas também para outras necessidades da escola, como reflete nos índices de avaliação da unidade, entre outras e que muitas mães demonstram muita resistência para obtenção do mesmo. E afirmou que o laudo provoca na vida da criança algumas benfeitorias como o recebimento do benefício (BPC) e facilidade de assistência médica por especialistas. O Sr Augusto elucidou que o processo de contratação de estagiárias/monitoras está sendo desenhado no Termo de Referência do Estado de São Paulo contudo, a gestora Regina Hanna, têm intervindo solicitando algumas adequações, pois o perfil existente na rede municipal necessita de atendimento inclusive pedagógico indo além do perfil do cuidador. A visitante Aline, representante da APAE-Franca, explanou que mesmo em uma rede multidisciplinar como a APAE, os profissionais vivenciam também a mesma dificuldade do município quanto ao cadastro e obtenção de laudo dos alunos de AEE. A presidente afirmou que irá propor, juntamente com as Secretarias de Educação e Finanças uma reunião com o CEI, Conselho Tutelar e Comissão Responsável do atendimento organizacional de pessoas com deficiência. Agradeceu a presença da gestora Regina Hanna e seguiu com a pauta abordando o item prioridades de contratações, que vem sendo discutido em todas as reuniões deste Conselho. A senhora Liuvânia compartilhou o e-mail destinado ao Senhor Secretário de Educação solicitando o número necessário de reposição de funcionários oriundos de PDV, falecimentos, exonerações, Licença sem Vencimentos e afastamentos pelos INSS que até a presente data não havia sido respondido. Contudo a presidente do CME informou que obteve esses dados que foram compartilhados com os conselheiros e visitantes. A presidente Andreia explanou que há falta transparência quanto ao número de professor em rede disponível para substituições, pois muitos professores têm tido suas faltas abonadas indeferidas por falta desses profissionais. Elucidou que olhando para os números realmente não é possível afirmar que não há falta de professores já que o número de salas é inferior ao número de professores titulares, em aproximadamente 150 professores, contudo os mesmos têm atendido substituições de INSS, restando um número insuficiente de professores para suprir as faltas abonadas, TRE e LS. A visitante Aline questionou sobre como eram os cargos de apoio há alguns anos atrás que lhe foi respondido que os mesmos ficavam alocados em unidades de ensino substituindo faltas abonadas e outras e quando as mesmas não existiam os professores ajudavam com apoio pedagógico a crianças com dificuldades de aprendizagem. Já atualmente, os professores em rede são alocados por região administrados pela Central de professor em rede. A conselheira Rosângela explanou que teve sua abonada indeferida mesmo sendo solicitada com um mês de antecedência. Disse ainda que o número de professor em rede

disponibilizado por escola necessita de uma proporcionalidade, pois tem escolas com 30 salas tendo 2 professores/dia desfrutando de suas faltas e escolas com 7 salas que também têm 2 professores/dia desfrutando das faltas. Rosângela ressaltou assim que essa proporção é necessária para não haver prejuízo aos professores. A conselheira Kênia informou que o número de abonadas nas segundas e sextas-feiras é superior ao número de professores disponíveis para substituir, porém é possível agendar em outras datas. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e, para constar eu, Liuvânia Cristina do Amaral Barcelos, conselheira, do CACS/FUNDEB deste município, lavrei a presente ata que segue assinada pelos conselheiros presentes neste ato.

(T) Kênia Pacheco		(S) Janice Amorim	
(T) Débora Quintanilha		(S) Fernanda Andrade	
(T) Joyce Granzoti		(S) Liuvânia Barcelos	
(T) Sandra Calandria		(S) Ana Paula Vanini	
(T) Aline Gonçalves		(S) Cristiane Maiella	
(T) Rosângela Ferrari		(S) Raquel Richel	
(T) Karina Pereira		(S) Hernandes Júnior	
(T) Eliana Pimenta		(S) Maria Silva	
(T) Gilsirlei Santana		(S) Luís Fernando Amparato	
(T) Andreia Braguim		(S) Maria Izabel Alves	
(T) Glaucia Limonti		(S) José Luiz Pimenta	

(T) membros titulares (S) membros suplentes